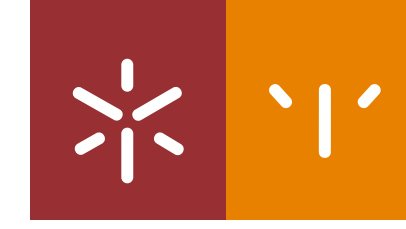


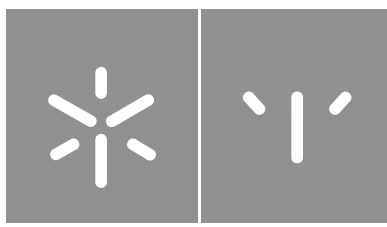


Marcos André Marinho Ferreira

Relação entre Experiências Adversas na Infância, Distorções Cognitivas e Delinquência numa Amostra Comunitária de Jovens

Universidade do Minho
Escola de Psicologia





Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Marcos André Marinho Ferreira

**Relação entre Experiências Adversas na
Infância, Distorções Cognitivas e Delinquência
numa Amostra Comunitária de Jovens**

Dissertação de Mestrado

Mestrado Integrado em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação da

Professora Doutora Ângela Maia

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

À Professora Doutora Ângela Maia, um sincero obrigado pela partilha de conhecimento, pelo apoio prestado ao longo de todo este processo e por ser uma profissional de referência.

À Unidade de Investigação de Experiências Adversas e Traumáticas por me terem acolhido e proporcionado bons momentos e por terem contribuído para o desenvolvimento e aperfeiçoamento desta dissertação. Um obrigado especial à Dra. Bárbara, pelos vários momentos em que se disponibilizou para esclarecer dúvidas e à Beatriz por ter colaborado na inserção de dados.

À minha mãe, ao meu pai e à minha irmã por me transmitirem bons valores, por acreditarem nas minhas capacidades e por me motivarem a estudar.

À Daniela, à Ana, à Cristiana, à Cindy e ao Tiago, a pequena família que vi crescer em Braga, por todas as experiências inesquecíveis, por todo o apoio nos momentos mais difíceis e por acreditarem em mim mesmo quando eu não o fazia. São poucas as palavras para descrever o quão importantes são para mim. Levo-vos para a vida.

À Rita, pela amizade, pelo apoio e pelo interesse no meu percurso.

A todos aqueles que não foram mencionados, mas que de algum modo se cruzaram comigo e me ensinaram alguma coisa.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, 28/05/2020

Assinatura: Luís António Morimbo Ferreira

Relação entre Experiências Adversas na Infância, Distorções Cognitivas e Delinquência numa Amostra Comunitária de Jovens

Resumo

A literatura tem mostrado que experiências adversas na infância estão associadas aos comportamentos delinquentes. Contudo, pouca atenção tem sido dada aos mecanismos que explicam esta relação. O principal objetivo deste estudo foi investigar um possível mediador desta relação, as distorções cognitivas *self-serving*. Recorrendo a uma metodologia transversal, com base em instrumentos de autorrelato, uma amostra de 232 participantes, com idades compreendidas entre os 16 e os 22 anos, recrutada em escolas, locais de trabalho e locais com atividades recreativas, foi avaliada quanto a experiências adversas na infância, comportamento delincente e distorções cognitivas *self-serving*. Os resultados mostraram que as distorções cognitivas *self-serving* medeiam a relação entre experiências adversas na infância e delinquência ($b = .13$, 95% CI [.08, .20]) e o mesmo acontece quer quando se considera especificamente comportamento delincente violento ($b = .06$, 95% CI [.03, .09]), quer não violento ($b = .08$, 95% CI [.04, .12]). Estes resultados sugerem que é importante considerar distorções cognitivas *self-serving* na prevenção de delinquência em jovens que foram vitimizados na infância.

Palavras-chave: experiências adversas na infância, distorções cognitivas, distorções cognitivas *self-serving*, delinquência

Relationship between Adverse Childhood Experiences, Cognitive Distortions and Delinquency in a Youth Community Sample

Abstract

Literature has shown that adverse childhood experiences are associated with delinquency. However, little attention has been paid to the mechanisms that explain this relationship. The main goal of this study was to investigate a possible mediator of this relationship, self-serving cognitive distortions. Using a cross-sectional methodology, based on self-report measures, a sample of 232 participants, aged between 16 and 22 years old, recruited from schools, workplaces and institutions with recreational activities, was evaluated for adverse events in childhood, delinquent behaviour and self-serving cognitive distortions. The results showed that self-serving cognitive distortions mediate the relationship between adverse childhood experiences and delinquency ($b = .13$, 95% CI [.08; .20]), and the same was observed even when considering specifically violent delinquent behaviour ($b = .06$, 95% CI [.03, .09]) and non-violent ($b = .08$, 95% CI [.04, .12]). These results suggest that it is important to consider self-serving cognitive distortions in the prevention of delinquency in youth who were victimized in childhood.

Keywords: adverse childhood experiences, cognitive distortions, self-serving cognitive distortions, delinquency

Índice

Relação Entre Experiências Adversas na Infância, Distorções Cognitivas e Delinquência numa Amostra Comunitária de Jovens	8
Método.....	13
Participantes	13
Instrumentos	13
Procedimento	16
Análises Estatísticas.....	16
Resultados	17
Discussão.....	22
Referências	28
Anexo.....	33

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Experiências Adversas na Infância Autorrelatadas com base nas Escalas Dicotomizadas</i>	17
Tabela 2. <i>Comportamento Delinvente Autorreportado ao Longo da Vida</i>	18
Tabela 3. <i>Correlações de Spearman entre as Variáveis em Estudo</i>	18
Tabela 4. <i>Modelo de Regressão Linear Hierárquico para o Comportamento Delinvente Total</i>	19
Tabela 5. <i>Modelo de Regressão Linear Hierárquico para o Comportamento Delinvente Violento</i>	20
Tabela 6. <i>Modelo de Regressão Linear Hierárquico para o Comportamento Delinvente não Violento</i> ..	20

Índice de Figuras

<i>Figura 1. Modelo de Adversidade Total como preditor de delinquência total, mediado por Distorção Total.</i>	21
<i>Figura 2. Modelo de Adversidade Total como preditor de comportamento delinvente violento, mediado por Distorção Total.</i>	22
<i>Figura 3. Modelo de Adversidade Total como preditor do comportamento delinvente não violento, mediado por Distorção Total.</i>	22

Relação Entre Experiências Adversas na Infância, Distorções Cognitivas e Delinquência numa Amostra Comunitária de Jovens

De acordo com Farrington (2004) delinquência é uma forma de comportamento antissocial que se caracteriza pela perpetração de atos proibidos por lei. No primeiro estudo desenvolvido em Portugal com o objetivo de caracterizar delinquência autorreportada (e.g. ofensa violenta, consumo de substâncias e danos na propriedade), verificou-se que jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 21 anos apresentaram uma prevalência de 81,5% de comportamento delinvente ao longo da vida (Gersão & Lisboa, 1994). Num estudo mais recente, com participantes com idades compreendidas entre os 12 e 24 anos, analisaram-se comportamentos antissociais com enquadramento penal legal em Portugal (e.g. furto) e observou-se que cerca de 65,5% dos inquiridos se tinham envolvido em, pelo menos, um comportamento delinvente. Atos de menor gravidade foram os que mais contribuíram para a elevada prevalência encontrada (Braga & Gonçalves, 2013). Estes atos não devem ser desvalorizados, uma vez que Loeber et al. (1993) mostraram que atos encobertos de menor agressividade e/ou atos abertos de agressividade verbal podem constituir precursores de delinquência mais grave, por exemplo, percursos de vida persistentes marcados por comportamento desviante e criminoso (Moffitt, 1993). Interessa, portanto, como afirmaram Braga e Gonçalves (2013), a caracterização deste fenómeno, tendo por objetivo a prevenção da sua progressão.

Na literatura tem sido mostrado que comportamento delinvente e criminoso pode estar associado a experiências adversas e traumáticas vividas na infância (Widom, 1989a, 1989b; Widom & Maxfield, 2001; Wright, Turanovic, O'Neal, Morse, & Booth, 2019). Experiências adversas na infância podem ser consideradas como experiências traumáticas ou indutoras de níveis elevados de stress, e incluem todos os tipos de abuso e negligência e outras experiências traumáticas (Boullier & Blair, 2018). O primeiro estudo comunitário com milhares de participantes adultos foi realizado no âmbito do *ACE Study* (Felitti et al., 1998), no qual se observou que 52.1% da amostra relatava uma destas experiências. Baglivio et al. (2014) compararam a amostra deste estudo com uma amostra de ofensores juvenis e observaram que os ofensores jovens tinham uma probabilidade significativamente maior de exposição a experiências adversas na infância e de essa exposição ser múltipla. Num outro estudo, que recorreu à amostra do *Cambridge Study in Delinquent Development*, verificou-se que 75% dos participantes vivenciou pelo menos uma experiência adversa na infância e aproximadamente 50% experienciaram duas ou mais antes do décimo aniversário (Craig, Piquero, Farrington, & Ttofi, 2017). Em Portugal, uma investigação com indivíduos com idades compreendidas entre os 12 e os 21 anos, observou que 50% relataram pelo menos uma forma de vitimização ao longo da vida (Martins, Mendes, Fernández-Pacheco, & Tendais, 2019).

Além disso, também se verificou que jovens adultos com registos legais de delinquência juvenil tinham probabilidade significativamente maior de reportar experiências adversas na infância em comparação com o grupo de controlo (Basto-Pereira, Miranda, Ribeiro, & Maia, 2016). Não se encontraram estudos sobre experiências adversas na infância em amostras comunitárias da população portuguesa.

A elevada prevalência de experiência adversas na infância daqueles que se envolvem em comportamento delinvente reflete a associação entre experiências adversas na infância e delinquência. Esta associação é frequentemente reportada na literatura e está de acordo com o Ciclo de Violência. Os autores deste modelo postularam que crianças vítimas de maus-tratos apresentam um risco maior de se envolverem posteriormente em comportamento delinvente e criminoso (Widom, 1989a, 1989b; Widom & Maxfield, 2001; Wright et al., 2019). Com base num estudo comparativo, Widom (1989a) observou que indivíduos com história de abuso e negligência na infância se envolveram significativamente mais em comportamentos criminosos na idade adulta do que os que não tinham sido vítimas de maus-tratos. Smith e Thornberry (1995) também mostraram que maus-tratos na infância são um fator de risco para delinquência. Num estudo que recorreu a uma amostra de jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos, verificou-se que a exposição a experiências adversas na infância se associou com um aumento do envolvimento em comportamento delinvente (Brown & Shillington, 2017). Uma meta-análise de estudos longitudinais verificou também uma associação significativa entre maus-tratos na infância e adolescência e comportamento antissocial na idade adulta. Aqueles que tinham sido vítimas de maus-tratos apresentaram uma probabilidade duas vezes maior de se envolverem nesses comportamentos (Braga, Cunha, & Maia, 2018). Um outro estudo (Braga, Gonçalves, Basto-Pereira, & Maia, 2017) que recorreu à mesma metodologia reportou que a combinação de maus-tratos se associou significativamente com comportamento delinvente juvenil. Esta associação foi significativa tanto com o comportamento em geral como especificamente com o comportamento agressivo. Uma vez que os comportamentos agressivos geralmente são incluídos no grupo de comportamentos delinquentes em geral, os autores questionaram-se acerca da associação que se verificou, se resultou da combinação de todos os comportamentos delinquentes ou se apenas se verificou com comportamentos agressivos. Por isso, sugeriram o estudo destas associações em detalhe (Braga et al., 2017). Numa meta-análise de estudos prospetivos, verificou-se que história de maus-tratos na infância aumentou o risco de violência (Fitton, Yu, & Fazel, 2018).

Em suma, vários estudos mostraram que experiências adversas na infância são um preditor significativo de estilos mais crónicos de ofensa (Baglivio, Wolff, Piquero, & Epps, 2015); e Björkenstam et al. (2019) observaram que uma maior exposição da criança a adversidade se associou com risco

substancial de ser condenado por ofensa violenta. Widom (1989a) também verificou um risco agravado de registos criminais violentos para aqueles que tinham sofrido mais maus-tratos. Num estudo com jovens ofensores, observou-se que aqueles que se envolveram em comportamentos violentos reportaram uma prevalência de experiência adversas na infância significativamente mais alta que aqueles que apenas tinham cometido um comportamento não violento (Fox, Perez, Cass, Baglivio, & Epps, 2015). Além deste estudo, não se encontrou literatura adicional que abordasse a relação de experiências adversas na infância com comportamentos delinquentes não violentos. Contudo, Mersky, Topitzes, e Reynolds (2012) sugeriram que futuras investigações deveriam considerar a distinção entre comportamentos violentos e não violentos.

Vários autores apontaram a necessidade de explorar mecanismos intervenientes e variáveis mediadoras na relação entre experiências adversas na infância e delinquência (Braga et al., 2018; Fitton et al., 2018; Smith & Thornberry, 1995). Entre esses mecanismos, Lardén, Melin, Holst, e Långström (2006) observaram que distorções cognitivas são um alvo importante a considerar no tratamento de jovens com comportamentos delinquentes. Efetivamente, a teoria do processamento de informação social propôs a existência de distorções cognitivas associadas ao comportamento antissocial (Crick & Dodge, 1994). De acordo com esta teoria, Barriga, Landau, Stinson, Liao e Gibbs (2000) reconheceram as distorções cognitivas *self-serving* como preditores específicos de comportamentos de externalização (e.g. agressão e delinquência). Segundo Barriga e Gibbs (1996), estas distorções cognitivas podem ser divididas em primárias e secundárias. As distorções cognitivas primárias são entendidas como atitudes, pensamentos e crenças relacionadas com auto-centração, enquanto que distorções cognitivas secundárias representam racionalizações que acontecem antes ou após uma transgressão e permitem neutralizar culpa ou consciência relacionada com a transgressão, protegendo a autoimagem após comportamentos antissociais. Adicionalmente, estão divididas em quatro categorias: *Auto-centração*, *culpar os outros*, *minimização/desvalorização* e *assumir o pior*. A *auto-centração* caracteriza-se por atitudes nas quais o indivíduo se foca nas suas opiniões, expectativas, necessidades e direitos, de modo que os mesmos aspetos em terceiros são desconsiderados ou até desrespeitados. Quanto à distorção *culpar os outros*, caracteriza-se pela atribuição incorreta de culpa a fontes exteriores ao próprio. A *minimização/desvalorização* caracteriza-se pela não consideração de comportamento antissocial como um problema, aceitando-o e vendo-o como útil para atingir metas. Além disso, associa-se à desumanização e menosprezo de outros indivíduos. Por último, *assumir o pior* caracteriza-se por atribuições hostis às intenções dos outros, considerando sempre os piores cenários como inevitáveis e que o comportamento do indivíduo e dos outros não é passível de ser melhorado (Barriga & Gibbs, 1996).

Vários estudos mostraram associações significativas entre distorções cognitivas *self-serving* e comportamento antissocial (Liau, Barriga, & Gibbs, 2002; Wallinius, Johansson, Lardén, & Dernevik, 2011) e distorções cognitivas *self-serving* e externalização (Barriga et al., 2000; Barriga, Hawkins, & Camelia, 2008). Numa meta-análise com 71 estudos, observou-se que níveis elevados de distorções cognitivas *self-serving* estão associados a níveis elevados de externalização. Contudo, verificaram-se tamanhos de efeito maiores para *bullying*, comportamento antissocial e comportamento de externalização, do que com comportamento agressivo e delinquente, indicando que estas distorções cognitivas estabelecem associações mais fortes com comportamentos menos violentos (Helmond, Overbeek, Brugman, & Gibbs, 2014).

Do ponto de vista neurobiológico, a exposição prolongada a situações de elevado stress na infância pode propiciar a desregulação do sistema responsável por dar resposta a essas situações, afetando o desenvolvimento cerebral. Por exemplo, áreas responsáveis por interpretar estímulos externos podem ser afetadas, nomeadamente áreas afetas ao processamento cognitivo (Cicchetti & Toth, 2005). De facto, alguns mecanismos que procuraram explicar a relação entre adversidade na infância e delinquência consideraram efeitos biológicos ao nível do funcionamento executivo, como por exemplo o processamento de informação (Ford, Chapman, Mack, & Pearson, 2006). Vários estudos mostraram que crianças vítimas de abuso e negligência exibiram padrões de processamento de informação social enviesados (Dodge, 2006; Dodge, Bates, & Pettit, 1990; Dodge, Pettit, Bates, & Valente, 1995). Um estudo que comparou crianças em idade escolar vítimas de maus-tratos com crianças em idade escolar que não foram vítimas de maus-tratos mostrou que aquelas que foram vitimizadas evidenciaram pensamento mais ilógico. A cronicidade dos maus-tratos associou-se com um pensamento mais ilógico (Toth, Stronach, Rogosch, Caplan, & Cicchetti, 2011). Recorrendo a uma amostra de estudantes universitários, Ponce, Williams, e Allen (2005) observaram que aqueles que reportaram experiências de maus-tratos na infância tinham maior probabilidade de exibir distorções nos seus esquemas cognitivos do que aqueles que não relataram maus-tratos. Apesar de ser evidente o impacto cognitivo das experiências adversa na infância, não se encontrou literatura acerca da associação entre estas experiências e distorções cognitivas *self-serving*.

Por outro lado, alguns estudos indicaram a existência de uma relação entre experiências adversas na infância, distorções cognitivas e delinquência. Na década de 90, já tinha sido reportada evidência longitudinal de que crianças vítimas de abuso físico desenvolvem padrões de processamento de informação social deficitários que propiciam comportamentos agressivos (Dodge et al., 1990, 1995). Num estudo mais recente, Cuadra, Jaffe, Thomas, e DiLilloLi (2014) verificaram que história de maus-

tratos na infância em homens ofensores contribuiu para o desenvolvimento de comportamento criminoso na idade adulta através de distorções cognitivas. Uma vez que foi usada metodologia transversal, um modelo adicional foi testado para verificar se o comportamento criminoso funcionaria como mediador na relação entre maus-tratos e distorções cognitivas. Os resultados não foram estatisticamente significativos. Estas evidências parecem estar de acordo com o modelo de *coping* com o trauma desenvolvido por Ford et al. (2006). Neste modelo, postulou-se que o indivíduo que sofreu maus-tratos na infância, envolve-se em comportamentos delinquentes num quadro geral de alterações que constituem formas de adaptação pós-trauma. Para tal, sugeriram que entre estes dois fenómenos ocorreram alterações ao nível do funcionamento executivo, incluindo o processamento de informação. Essas alterações resultaram em maiores níveis de raiva, desafio, insensibilidade e agressividade e propiciaram comportamentos de risco, desrespeito das regras e violência contra pares, figuras de autoridade e outros (Ford et al., 2006). Apesar de se terem observado evidências nesse sentido, não foi encontrada literatura que abordasse as distorções cognitivas *self-serving* como mediador na relação entre experiências adversas na infância e delinquência.

Considerando a literatura previamente relatada e as suas limitações, para além de fazer uma descrição da prevalência de experiências adversas na infância e de comportamentos delinquentes numa amostra comunitária portuguesa, o principal objetivo deste estudo é analisar o potencial papel mediador das distorções cognitivas *self-serving* na relação entre experiências adversas na infância e delinquência, considerando quer o comportamento delincente violento, quer o não violento. Adicionalmente, pretende-se averiguar em que medida as experiências adversas na infância se associam a comportamento delincente violento e não violento. Estes objetivos permitirão aprofundar o conhecimento acerca do fenómeno de delinquência em Portugal e, principalmente, acerca da relação entre experiências adversas na infância e delinquência.

Com base nestes objetivos, formularam-se as seguintes hipóteses: 1) espera-se que o total de delinquência e o comportamento delincente violento e não violento se associem significativamente com as experiências adversas na infância; 2) espera-se que as experiências adversas na infância obtenham um tamanho de efeito maior na associação com o comportamento delincente violento do que na associação com o comportamento delincente não violento; 3) espera-se que as experiências adversas na infância se associem significativamente com as distorções cognitivas *self-serving*; 4) espera-se que o total de delinquência e o comportamento delincente violento e não violento se associem significativamente com as distorções cognitivas *self-serving*; 5) espera-se que as distorções cognitivas *self-serving* obtenham um tamanho de efeito maior na associação com o comportamento delincente

não violento do que nas associações com o comportamento delincente violento e o total de delinquência e 6) espera-se que as distorções cognitivas *self-serving* mediem a relação entre experiências adversas na infância e delinquência.

Método

Participantes

Foram avaliados 232 participantes. Retirou-se um participante da amostra recolhida inicialmente por não ter dados suficientes para ser alvo de análise. Para participar neste estudo, determinou-se que os participantes teriam de saber ler, escrever e ter pelo menos 16 anos. Estabeleceu-se esta idade porque, de acordo com o artigo 1.º do Decreto-lei nº166/1999 publicado a 14 de setembro, é a idade em que a lei tutelar educativa deixa de se aplicar em situações de crime. Dos 232 participantes, 38,8% eram do sexo masculino e 61,2 % do sexo feminino ($M_0 = 0$); e a idade média foi de 18 anos ($M = 17.58$, $DP = .80$), variando entre os 16 e os 22 anos. No que diz respeito à escolaridade, dois (0.9%) reportaram não ter habilitações literárias, dois (0.9%) concluíram o 4º ano, 150 (64,7%) completaram o 9º ano, 66 (28,4%) completaram o 12º ano e 12 (5.2%) não responderam ($Mdn = 3$, $IQQ = 1$). Em relação à ocupação profissional, 205 (88.4%) reportaram estudar, 19 (8,2%) reportaram estudar e trabalhar e 8 (3.4%) não responderam ($Mdn = 1$, $IQQ = 0$).

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico. Este questionário foi usado para recolher informação que permitisse uma caracterização geral do participante, incluindo questões acerca da idade, sexo, género, nacionalidade, estado civil, ocupação atual, habilitações académicas e local de residência.

Questionário da História de Adversidade na Infância (Felliti et al., 1998; Tradução por: Silva & Maia, 2008). Questionário de autorrelato que avalia a ocorrência de dez tipos de experiências adversas nos primeiros 18 anos de vida, organizadas em duas áreas: Experiências contra o indivíduo e ambiente familiar disfuncional. As experiências contra o indivíduo incluem abuso sexual, físico e emocional e negligência física e emocional. O ambiente familiar disfuncional é constituído por exposição à violência doméstica, divórcio ou separação parental, abuso de substâncias em ambiente familiar, doença mental ou suicídio e prisão de um membro da família. É constituído por 77 itens organizados em questões dicotómicas (sim ou não), questões de escolha múltipla, nas quais a resposta pode ser dada de acordo com uma escala de *likert* de cinco níveis que varia entre *nunca* e *muitíssimas vezes* e questões de resposta breve. Além disso, inclui itens invertidos, que se inserem nas subescalas de negligência física e negligência emocional. Este instrumento permitiu criar uma variável, a Adversidade Total, que se obteve através do somatório dos valores com que o participante foi classificado em cada uma das experiências

adversas dicotomizadas. Se relatou determinada forma de adversidade foi classificado com um, o que acontece quando num item responde *muitas vezes* ou *muitíssimas vezes*. Se não relatou determinada forma de adversidade foi classificado com o valor zero. A Adversidade Total variou entre zero, que significa que o sujeito não relata qualquer forma de adversidade e dez, que corresponde ao relato de todas as formas de adversidade. O estudo que testou a validade do instrumento original, mostrou através de teste-reteste que este apresenta boa consistência temporal, uma vez que apresentou um coeficiente *kappa* de .66 (95 % CI, .55–.76) no abuso emocional, .55 (95 % CI, .47–.63) no abuso físico e .69 (95 % CI, .61–.77) no abuso sexual. No que diz respeito à categoria de ambiente familiar disfuncional apresentou os seguintes valores: .77 (95 % CI, .68–.85) na exposição a violência doméstica, .75 (95 % CI, .68–.81) no abuso de substâncias por um membro da família, .51 (95 % CI, .42–.61) na doença mental ou suicídio, .46 (95 % CI, .27–.65) na prisão de um membro familiar e .86 (95 % CI, .81–.91) na separação parental ou divórcio (Dube, Williamson, Thompson, Felitti, & Anda, 2004). O estudo que testou o instrumento na população portuguesa confirmou a sua boa consistência temporal em análises de teste-reteste, recorrendo a *Intraclass Correlation Coefficient* (ICC). Os resultados mostraram valores de ICC iguais ou maiores que .65, representando concordância entre o bom e excelente ao longo das 10 categorias de adversidade. Negligência física e emocional, que não tinham sido alvo de avaliação em Dube et al. (2004), apontaram boa concordância neste estudo (Pinto, Correia, & Maia, 2014).

Questionário D-CRIM (Basto-Pereira, Miranda, Ribeiro, & Maia, 2015). Questionário de autorrelato que mede delinquência e crime, constituído por 12 itens de resposta dicotómica (sim ou não) e permite obter dois índices. O Índice DCRIM-*overlife* avalia a presença de 12 tipos de comportamento criminoso e delinquente ao longo da vida, enquanto que o Índice DCRIM-12M avalia os mesmos tipos de comportamento ao longo dos últimos 12 meses. Os itens são furto, roubo, conduzir sem habilitação legal, violência na relação íntima, violência contra um membro da família, agressão, violação, tráfico de droga, posse ilegal de arma, homicídio, ameaça/chantagem e vandalismo. No presente estudo, apenas foi alvo de análise o índice DCRIM-*overlife*. Adicionalmente, com base na alínea j) do artigo 1.º do Decreto-lei n.º 78/1987 de 17 de fevereiro, os comportamentos delinquentes ao longo da vida foram dicotomizados em dois grupos: Os que correspondem a comportamento delinquente violento – designado por Índice de Comportamento Violento (ICV); e os itens que correspondem a comportamento delinquente não violento – designado por Índice de Comportamento não Violento (ICNV). O ICV é constituído pelos itens de roubo, agressão, homicídio, violência na relação íntima, violência contra um membro da família, violação e ameaça/chantagem e o ICNV inclui os itens de furto, condução sem habilitação legal, tráfico de droga, posse ilegal de arma e vandalismo. O ICV pode variar entre zero (não foi reportado nenhum

comportamento violento) e sete (todos os comportamentos violentos foram relatados); o ICNV entre zero (nenhum comportamento não violento foi reportado) e cinco (todos os comportamentos não violentos foram relatados); enquanto o DCRIM-*overlife* varia entre zero (não foi reportado nenhum comportamento delinquente) e 12 (foram reportados todos os comportamentos delinquentes). O estudo que desenvolveu e avaliou as propriedades psicométricas deste instrumento para a população portuguesa mostrou que apresenta propriedades psicométricas satisfatórias para avaliar o autorrelato de delinquência e crime em jovens adultos. Não foi testada a consistência interna uma vez que teoricamente não se espera que haja correlações moderadas entre os itens sobre delinquência e crime (Basto-Pereira et al., 2015).

Questionário *How I Think* (Barriga, Gibbs, Potter, & Liao, 2001; Tradução por: Veloso, Costa, & Soeiro, 2013). Questionário de autorrelato que avalia distorções cognitivas *self-serving* e comportamento antissocial. Apresenta 54 itens respondidos de acordo com uma escala de *likert* de seis níveis que varia entre *discordo fortemente* e *concordo fortemente*. Desses, 39 itens compreendem crenças e atitudes relacionadas com as distorções cognitivas *self-serving* (subescalas de auto-centração, culpar os outros, minimização/desvalorização e assumir o pior) e com o comportamento antissocial, que se divide em comportamento antissocial aberto (subescalas de agressão física, e roubar/furtar) e comportamento antissocial encoberto (subescalas de oposição-desafio e mentir). Dos itens que restam, oito constituem a escala de respostas anómalas, que avalia a validade dos dados relatados, e sete itens que atuam como filtros positivos, itens neutros sem qualquer propriedade psicométrica, que têm a função de camuflar os restantes. Uma vez que o único interesse deste instrumento para o estudo são as subescalas de distorções cognitivas *self-serving*, apenas foram calculados os totais de cada uma. Estes permitiram criar uma nova variável, a Distorção Total, resultante da média dessas quatro subescalas. A escala de respostas anómalas não foi usada neste estudo. O estudo que avaliou as propriedades psicométricas do instrumento original mostrou boa consistência interna geral, uma vez que apresentou um alfa de cronbach de .95. As subescalas de distorções cognitivas *self-serving* também apresentaram boa consistência interna, com valores de alfa de cronbach de .79 para a subescala de auto-centração, .82 para a subescala de culpar os outros, .83 para a subescala de minimização/desvalorização e .83 para a subescala de assumir o pior (Barriga et al., 2001). No presente estudo, uma análise de fiabilidade da tradução portuguesa do instrumento mostrou que tem boa consistência interna geral ($\alpha=.91$). As suas subescalas também apresentaram valores de consistência interna no intervalo entre bom e o aceitável estatisticamente: .75 na escala de auto-centração, .76 na escala de culpar os outros, .72 na escala de minimização/desvalorização e .75 na escala de assumir o pior.

Procedimento

Inicialmente, foi obtida a autorização da comissão de ética da Universidade do Minho para a realização do presente estudo e a autorização para a utilização dos instrumentos necessários. De seguida, entrou-se em contacto com as instituições e locais selecionados para a recolha de dados e foram agendadas reuniões com os seus representantes. Nessas reuniões foi explicado o propósito do estudo e a importância da colaboração. Uma vez a colaboração aceite, os representantes das instituições ficaram encarregues de encaminhar os consentimentos informados aos participantes ou aos seus pais, quando necessário.

Posteriormente, foram agendados datas e horários para se proceder à recolha de dados. Estes foram estabelecidos de forma a não prejudicar o funcionamento normal das instituições. Com base numa amostragem por conveniência, recolheram-se dados em universidades e escolas profissionais privadas; em locais de trabalho com funcionários maioritariamente sem ensino superior (e.g. hotelaria, comércio e indústria); locais de trabalho com funcionários maioritariamente com ensino superior (e.g. empresas de consultadoria e escolas); e locais com atividades recreativas (e.g. atividades desportivas ou culturais). Foi ainda usado o método de *snowball* com vista a avaliar aqueles que nem estudam e nem trabalham. A decisão acerca do tamanho da amostra foi auxiliada por uma análise que estabeleceu que a amostra adequada para haver tamanho de efeito moderado teria ter pelo menos 68 participantes (GPower 3.1.9.2– *effect size f* : .15; probabilidade erro α : .05 – poder estatístico: .80). Os dados foram recolhidos numa sessão única com os participantes, o que demorou aproximadamente 30 minutos. Por último, procedeu-se à análise de dados.

Análises Estatísticas

Os dados foram inseridos e analisados estatisticamente recorrendo à versão 26 do software SPSS *statistics*. Realizaram-se análises descritivas tendo como objetivos: Caracterizar a amostra; caracterizar as variáveis em estudo; e calcular a prevalência das experiências adversas na infância (com base nas escalas dicotomizadas) e dos comportamentos delinquentes ao longo da vida. Fizeram-se análises de correlação de *spearman* para testar a associação entre as variáveis em estudo. Para testar a capacidade de predição das variáveis de comportamento delincente (Índice DCRIM-*overlife*, Índice de Comportamento Violento e Índice de Comportamento não Violento), realizaram-se três análises de regressão hierárquica com os dois preditores: Adversidade Total e Distorção Total. Por último, recorrendo à técnica de *bootstrapping*, com base em 5000 amostras de *bootstrap*, usou-se a extensão PROCESS para estimar a significância dos efeitos indiretos (standardizados e não standardizados) de três modelos de mediação simples (Field, 2018). Para cada um dos modelos, considerou-se a Adversidade

Total como preditor, a Distorção Total como mediador e o Índice DCRIM-*overlife*, o Índice de Comportamento Violento (ICV) e o Índice de Comportamento não Violento (ICNV) como variáveis resultantes, uma para cada mediação.

Resultados

Cerca de 54.7% ($n = 127$) dos participantes reportou pelo menos um tipo de experiências adversas na infância. Destes, 37.9% ($n = 88$) relataram pelo menos uma experiência contra o indivíduo e 31.1% ($n = 72$) reportaram terem vivido pelo menos uma experiência de ambiente familiar disfuncional. De acordo com a tabela 1, a experiência mais relatada foi negligência emocional (18.5%, $n = 43$), seguida por familiar com doença mental (14.7%, $n = 34$) e abuso emocional (13.4%, $n = 31$). A Adversidade Total ($M = 1.12$, $DP = 1.53$) variou entre zero (45.1%, $n = 105$) e dez (0.4%, $n = 1$).

Tabela 1

Experiências Adversas na Infância Autorrelatadas com base nas Escalas Dicotomizadas (N = 232)

Experiência Adversa na Infância	<i>n</i>	%
Doença Mental	34	14.7
Divórcio	28	12.1
Prisão de um membro da família	8	3.4
Abuso de substância em ambiente familiar	24	10.3
Violência doméstica	22	9.5
Negligência física	27	11.6
Negligência emocional	43	18.5
Abuso físico	19	8.2
Abuso emocional	31	13.4
Abuso sexual	24	10.3

Considerando o comportamento delinquente, 37.2% ($n = 86$) dos participantes reportaram pelo menos um destes comportamentos ao longo da vida. Desses, 16.4% ($n = 38$) referiram ter cometido pelo menos um comportamento violento e 33.1% ($n = 77$) relataram pelo menos um comportamento não violento. Como se pode verificar pela tabela 2, os comportamentos mais relatados foram: Furto (22%, $n = 51$), condução sem habilitação legal (14.7%, $n = 34$) e agressão (11.2%, $n = 26$). Nenhum participante reportou violação. O Índice DCRIM-*overlife* ($M = .75$, $DP = 1.25$) variou entre zero (62.9%, $n = 146$) e seis (0.9%, $n = 2$); o Índice de Comportamento Violento ($M = .25$, $DP = .65$) variou entre zero (83.6%, $n = 195$) e dez (0.4%, $n = 1$).

ADVERSIDADE, DISTORÇÕES COGNITIVAS E DELINQUÊNCIA

= 194) e três (2.2%, $n = 5$); e o Índice de Comportamento não Violento ($M = .50$, $DP = .82$), variou entre zero (66.8%, $n = 155$) e quatro (0.4%, $n = 1$).

Tabela 2

Comportamento Delinquente Autorreportado ao Longo da Vida (N = 232)

Comportamento Delinquente	<i>n</i>	%
Furto	51	22.0
Roubo	4	1.7
Condução sem habilitação legal	34	14.7
Posse ilegal de arma	9	3.9
Tráfico de droga	6	2.6
Vandalismo	15	6.5
Agressão	26	11.2
Violação	0	–
Violência na relação íntima	6	2.6
Violência contra membro da família	12	5.2
Ameaça/Chantagem	8	3.4
Homicídio	3	1.3

Para testar as associações entre as variáveis, procedeu-se ao cálculo de coeficientes de correlação de *spearman*. Como se pode verificar pela tabela 3, todas as variáveis estabelecerem entre si correlações estatisticamente significativas e positivas. Comparando os coeficientes de correlação que resultaram da associação da Adversidade Total com as variáveis de delinquência, o tamanho de efeito maior verificou-se com o Índice DCRIM-*overlife*. Os restantes apresentaram tamanhos de efeito iguais. A mesma tendência verificou-se na relação das variáveis de delinquência com a Distorção Total, o tamanho de efeito maior verificou-se com o Índice DCRIM-*overlife*. Os restantes exibiram valores semelhantes.

Tabela 3

Correlações de Spearman entre as Variáveis em Estudo (N = 232)

Variável	1	2	3	4	5
1. Adversidade Total	–				
2. DCRIM- <i>overlife</i>	.28**	–			
3. ICV	.24**	.69**	–		
4. ICNV	.24**	.93**	.44**	–	
5. Distorção Total	.31**	.40**	.36**	.35**	–

Nota. DCRIM-*overlife* = Índice de comportamento delincente ao longo da vida; ICV = Índice de comportamento violento ao longo da vida; ICNV = Índice de comportamento não violento ao longo da vida.

* $p < .05$. ** $p < .01$.

Para analisar a capacidade de a Adversidade Total e a Distorção Total preverem o comportamento delincente, realizaram-se análises de regressão linear hierárquica. Na tabela 4, a análise indicou que o modelo de regressão testado é estatisticamente significativo e explica 21% da variância do total de delinquência. Neste modelo, verificou-se que a Distorção Total contribuiu significativamente para o modelo, acrescentando 13% à variância explicada. Quando esta variável foi incluída no modelo, a Adversidade Total não apresentou efeito preditor significativo.

Tabela 4

Modelo de Regressão Linear Hierárquico para o Comportamento Delincente Total

Índice de Comportamento Delincente ao Longo da Vida (DCRIM- <i>overlife</i>)								
	$R^2 (R^2 \text{ Aj.})$	ΔR^2	ΔF	F_{gl}	β	B	B IC 95%	t
Bloco 1:	.08 (.08)	.08	19.83**	19.83** (1, 230)				
Adversidade Total					.28	.23	[.13, .33]	4.45**
Bloco 2:	.21 (.20)	.13	36.85**	29.88** (2,229)				
Adversidade Total					.12	.10	[-.01, .20]	1.84
Distorção Total					.39	.80	[.54, 1.06]	6.07**

* $p < .05$. ** $p < .01$.

Considerando a tabela 5, os resultados da regressão realizada para estimar comportamento delincente violento indicaram que o modelo é estatisticamente significativo e explica 13% da variância. À semelhança dos resultados anteriores, a Distorção Total contribuiu significativamente para a variância explicada do modelo, aumentando-a em 9%. A Adversidade Total não teve uma contribuição significativa

ADVERSIDADE, DISTORÇÕES COGNITIVAS E DELINQUÊNCIA

quando a Distorção Total foi incluída no modelo.

Tabela 5

Modelo de Regressão Linear Hierárquico para o Comportamento Delinquente Violento

Índice de Comportamento Delinquente Violento (ICV)								
	$R^2(R^2 Aj.)$	ΔR^2	ΔF	F_{gl}	β	B	B IC 95%	t
Bloco 1:	.04 (.04)	.04	10.55**	10.55** (1, 230)				
Adversidade Total					.21	.09	[.04, .14]	3.25**
Bloco 2:	.13 (.12)	.09	22.22**	16.87** (2,229)				
Adversidade Total					.08	.03	[-.02, .09]	1.13
Distorção Total					.32	.34	[.20, .48]	4.71**

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$.

Na tabela 6, a regressão realizada mostrou que o modelo é estatisticamente significativo e explica 17% da variância do comportamento não violento. A tendência observada anteriormente manteve-se. A Distorção Total contribuiu significativamente para o modelo com 10% da variância explicada e a Adversidade total não evidenciou efeito preditor estatisticamente significativo quando a Distorção Total foi incluída no modelo.

Tabela 6

Modelo de Regressão Linear Hierárquico para o Comportamento Delinquente não Violento

Índice de Comportamento Delinquente não Violento (ICNV)								
	$R^2(R^2 Aj.)$	ΔR^2	ΔF	F_{gl}	β	B	B IC 95%	t
Bloco 1:	.07(.07)	.07	17.31**	17.31** (1, 230)				
Adversidade Total					.27	.14	[.08, .21]	4.16**
Bloco 2:	.17 (.16)	.10	27.48**	23.39** (2,229)				
Adversidade Total					.12	.07	[-.01, .13]	1.82
Distorção Total					.35	.46	[.29, .64]	5.24**

Nota. * $p < .05$. ** $p < .01$.

Para investigar o papel mediador das distorções cognitivas *self-serving*, com recurso ao PROCESS, foram realizadas três análises de mediação simples baseadas em 5000 amostras de *bootstrap*. Para todas as mediações, a variável independente foi a Adversidade Total e a variável mediadora foi a Distorção Total. Os resultados mostraram que a Adversidade Total tem um efeito indireto estatisticamente significativo na delinquência total através da Distorção Total (ver Figura 1), $b = .13$, 95% CI [.10, .23]. A Adversidade Total também mostrou um efeito indireto estatisticamente significativo no comportamento delincente violento através da Distorção Total (ver Figura 2), $b = .06$, 95% CI [.03, .09]. Por fim, a Adversidade Total exibiu um efeito indireto estatisticamente significativo no comportamento delincente não violento através da Distorção Total (ver Figura 3), $b = .08$, 95% CI [.04, .12].

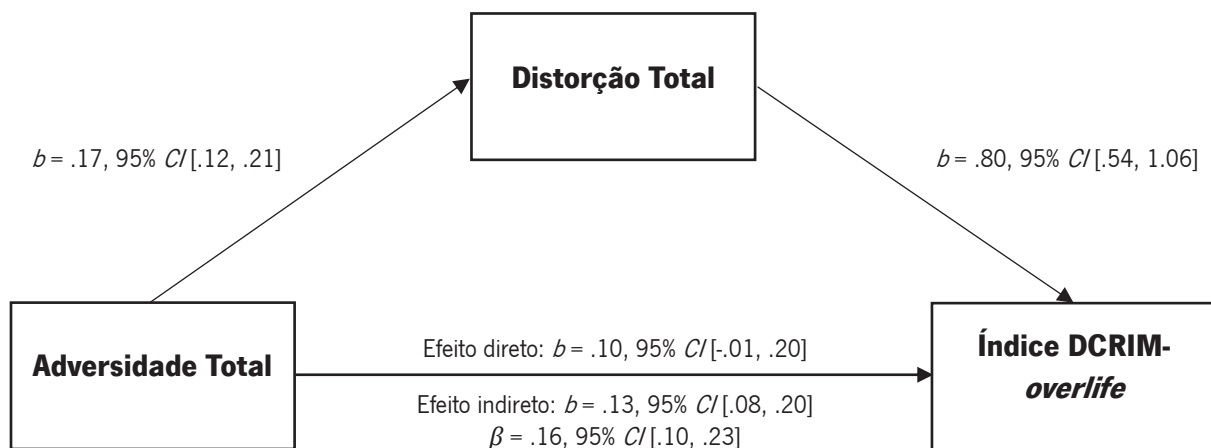


Figura 1. Modelo de Adversidade Total como preditor de delinquência total, mediado por Distorção Total.

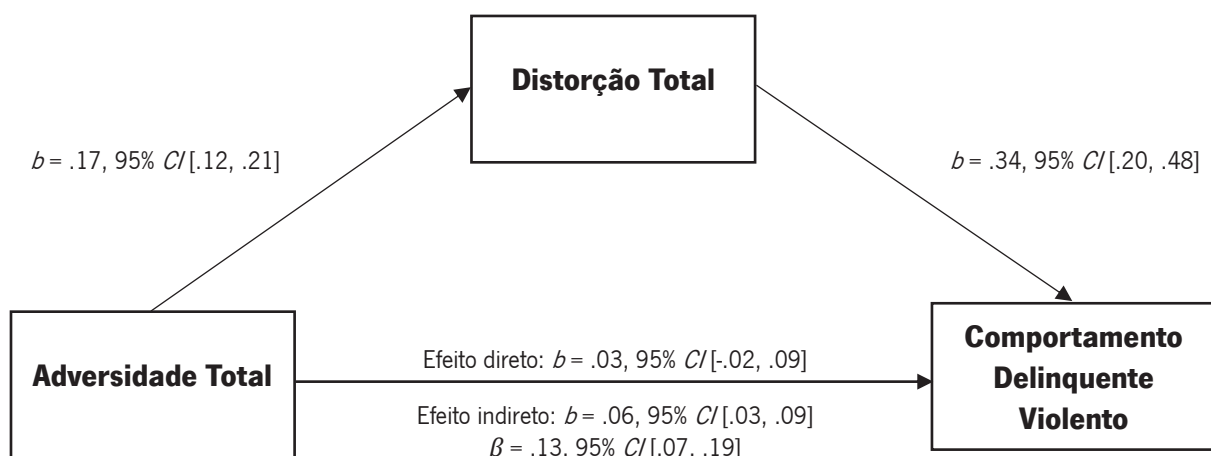


Figura 2. Modelo de Adversidade Total como preditor de comportamento delincente violento, mediado por Distorção Total.

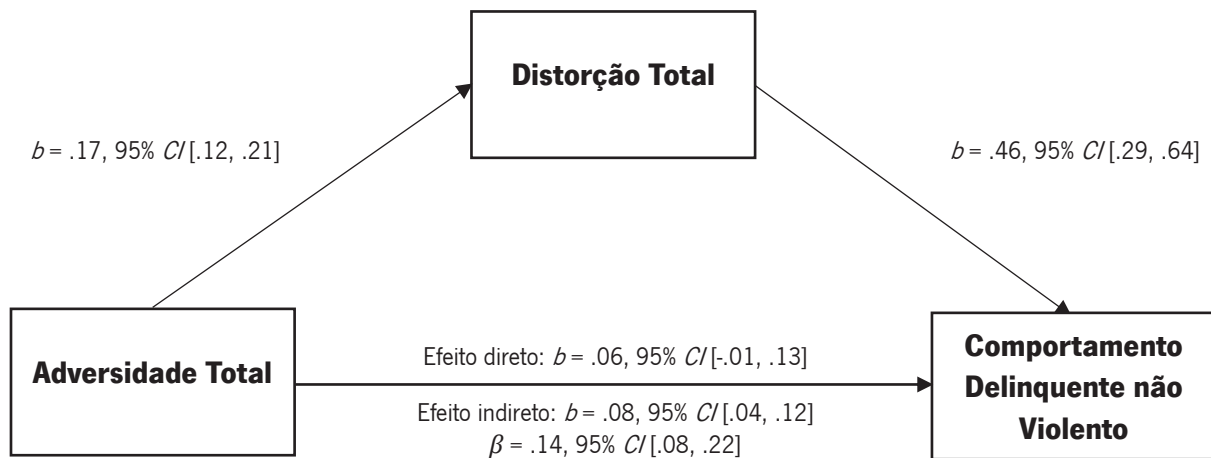


Figura 3. Modelo de Adversidade Total como preditor do comportamento delincente não violento, mediado por Distorção Total.

Discussão

A relação entre experiências adversas na infância e delinquência é longamente reportada na literatura. No entanto, poucos estudos se dedicaram à investigação de mecanismos subjacentes a esta associação. Algumas investigações sugeriram variáveis cognitivas como variáveis de interesse nesses mecanismos, nomeadamente as distorções cognitivas *self-serving*. Recorrendo a uma metodologia transversal, como base em instrumentos de autorrelato, foi analisada uma amostra comunitária com o objetivo de estudar o papel mediador das distorções cognitivas *self-serving* na relação entre experiências adversas na infância e delinquência. Além disso, investigou-se em que medida estas experiências se associam ao comportamento delincente violento e não violento e explorou-se a possibilidade de as distorções cognitivas *self-serving* medirem estas relações. Este é o primeiro estudo de que há conhecimento a averiguar estas relações de mediação. Os resultados confirmaram o papel mediador das distorções cognitivas, tanto para o total de delinquência, como para o comportamento delincente violento e o comportamento delincente não violento. Não se observou tamanho de efeito maior na associação das experiências adversas na infância com comportamento delincente violento, aquando comparado com o comportamento delincente não violento. Do mesmo modo, as distorções cognitivas *self-serving* não obtiveram tamanho de efeito maior na associação com o comportamento delincente não violento por comparação com as associações estabelecidas com as restantes variáveis de delinquência. As hipóteses remanescentes foram corroboradas.

Em relação à prevalência de delinquência ao longo da vida, observou-se que 37.2% dos participantes relataram que se envolveram em pelo menos um comportamento delinvente ao longo da vida. Este valor é inferior ao reportado noutros estudos (Braga & Gonçalves, 2013; Gersão & Lisboa, 1994). A diferença observada pode dever-se ao facto de não terem sido usados os mesmos instrumentos para medir delinquência. O instrumento usado neste estudo considera apenas comportamentos criminosos, enquanto que nos outros estudos os instrumentos usados consideraram comportamentos adicionais não criminosos (e.g. beber álcool), mais comuns na população em geral e por isso com maior probabilidade de serem relatados que comportamentos criminosos, o que pode explicar a menor prevalência observada neste estudo. A tendência de descida observada nos dados oficiais de delinquência juvenil nos últimos anos, pode também explicar a menor prevalência observada em relação a estudos anteriores (RASI, 2018). À semelhança do que se observou em estudos prévios (Braga & Gonçalves, 2013; Gersão & Lisboa, 1994), os participantes deste estudo envolveram-se mais em comportamentos não violentos do que em violentos. A menor prevalência deste tipo de comportamentos pode ser explicada com base no Modelo de Percursos Desenvolvimentais (Loeber et al., 1993), que postula que apenas uma pequena quantidade dos que se envolvem em comportamentos delinquentes perpetraram comportamentos graves.

Quanto à prevalência das experiências adversas na infância, este é o primeiro estudo de que há conhecimento a fazer esta análise numa amostra comunitária portuguesa. Os resultados mostraram que 54.7% daqueles que participaram no estudo reportaram pelo menos uma experiência adversa na infância. Apesar das amostras estudadas serem diferentes, a prevalência observada neste estudo assemelha-se à verificada em Felitti et al. (1998). Contudo no estudo original não foram alvo de análise as experiências de divórcio ou separação parental e a negligência física e emocional, o que pode explicar as diferenças observadas nas experiências mais relatadas. Contrariamente ao verificado em Felitti et al. (1998), no presente estudo relataram-se mais experiências contra o indivíduo do que experiências de ambiente familiar disfuncional. Este resultado poderá ser explicado pelo facto de as experiências de negligência não terem sido consideradas na análise do *ACE study* (Felitti et al., 1998) diminuindo a quantidade de experiências contra o indivíduo que podiam ser reportadas. Investigações futuras devem repetir estas análises com o objetivo de corroborar estes resultados e aprofundar o conhecimento acerca destas experiências na população portuguesa. Apesar da pouca literatura acerca da prevalência destas experiências em amostras comunitárias, é claro que aqueles que foram legalmente identificados por comportamento delinvente apresentam maior prevalência de experiências adversas (Baglivio et al., 2014; Basto-Pereira et al., 2016). Por isso, recomenda-se o estudo destas experiências em amostras

com diferentes características (e.g. indivíduos com registo legais de delinquência) com o objetivo de identificar diferenças e semelhanças.

Nas análises de associação, à semelhança do que se verificou em estudos anteriores (Brown & Shillington, 2017; Smith & Thornberry, 1995; Widom, 1989a) e se confirmou em algumas meta-análises que só consideraram estudos longitudinais (Braga et al., 2018, 2017) as experiências adversas na infância associaram-se significativamente com o total de delinquência, assim como com o comportamento delinquente violento e não violento. De facto, vários estudos já tinham observado associações significativas com comportamento delinquente violento (Baglivio et al., 2015; Björkenstam et al., 2019; Fitton et al., 2018; Fox et al., 2015; Widom, 1989a). Porém, este é o primeiro estudo, que há conhecimento, a estabelecer a associação destas experiências com comportamento delinquente não violento. Isto pode significar que também este tipo de comportamento está associado a experiências adversas na infância. Futuras investigações devem aprofundar este resultado. Estas associações podem ser explicadas de acordo com o Ciclo de Violência que estabelece que é expectável que crianças vítimas de maus-tratos se envolvam em comportamento delinquente e criminoso (Widom, 1989a, 1989b; Widom & Maxfield, 2001; Wright et al., 2019). Contrariamente ao esperado, as associações estabelecidas entre as experiências adversas na infância e o comportamento delinquente violento e não violento obtiveram tamanhos de efeitos semelhantes, tendo-se observado o tamanho de efeito maior na associação entre estas experiências e o total de delinquência. A maior variabilidade presente na delinquência total pode explicar o tamanho de efeito maior obtido. No que diz respeito às associações restantes, alguns estudos que observaram a associação entre experiências adversas na infância e comportamento violento apenas consideraram experiências contra o indivíduo na sua análise (Fitton et al., 2018; Smith & Thornberry, 1995; Widom, 1989a, 1989b). Outros estudos mostraram que foi a acumulação de experiências adversas que aumentou o risco de ofensa violenta (Björkenstam et al., 2019; Fox et al., 2015). A não diferenciação das experiências adversas na infância e o facto de se ter considerado o total de experiências adversas reportadas pode explicar o resultado obtido. Um estudo adicional indicou a importância do género na explicação de comportamento violento (Fitton et al., 2018). Por isso, recomenda-se que investigações futuras estudem esta associação considerando o género, assim como o tipo de experiências adversas na infância e a sua acumulação.

De acordo com o esperado, as experiências adversas na infância associaram-se significativamente com as distorções cognitivas *self-serving*. Este resultado confirma a tendência verificada na literatura em torno do impacto destas experiências ao nível de estilos de pensamento (Cicchetti & Toth, 2005; Dodge, 2006; Dodge et al., 1990, 1995; Ponce et al., 2005; Toth et al., 2011) e estabelece pela primeira vez a

relação entre experiências adversas na infância e este conjunto específico de distorções cognitivas. É possível compreender este dado com base no modelo de *coping* com o trauma desenvolvido por Ford et al. (2006), que explica que experiências adversas na infância afetam várias áreas de funcionamento do cérebro, nomeadamente o processamento de informação, propiciando o desenvolvimento de distorções cognitivas. Com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca desta associação, estudos futuros devem replicar este resultado e analisar em que medida experiências adversas na infância se associam as distorções cognitivas *self-serving* específicas.

Adicionalmente, as distorções cognitivas *self-serving* estabeleceram associações significativas com todas as variáveis de delinquência. Isto está de acordo com o que foi verificado noutros estudos (Barriga et al., 2000, 2008; Liau et al., 2002; Wallinius et al., 2011) e pode ser explicado com base nos mecanismos de processamento de informação social propostos por Crick e Dodge (1994), que sugerem a existência de distorções cognitivas associadas ao comportamento antissocial. Por exemplo, na distorção cognitiva *minimização/desvalorização* o indivíduo desvaloriza o impacto negativo do comportamento delinvente, propiciando a sua perpetração (Barriga & Gibbs, 1996). Contrariamente ao previsto por Helmond et al. (2014), não se verificou um tamanho de efeito maior na associação entre estas distorções cognitivas e o comportamento delinvente não violento. De facto, o tamanho de efeito maior ocorreu entre as distorções cognitivas e o total de delinquência, seguido da associação entre as distorções cognitivas e o comportamento delinvente violento, com um tamanho de efeito ligeiramente maior do que a associação restante. Neste estudo, a delinquência foi medida com base num instrumento constituído apenas por comportamentos criminosos. Estes comportamentos, apesar de se caracterizarem por diferentes níveis de gravidade, são crimes e por isso constituem comportamentos de maior severidade. Como se observou em Helmond et al. (2014), as distorções cognitivas *self-serving* associam-se menos com comportamentos de maior severidade. É possível que o tamanho de efeito observado com o total de delinquência seja o expectável e que a diferença verificada entre os tamanhos de efeito se deva à variabilidade de cada índice. Para fundamentar estas explicações, futuras investigações devem repetir estas análises recorrendo a instrumentos que abordem diferentes comportamentos de externalização.

Considerando os resultados das análises de mediação, a hipótese de que as distorções cognitivas *self-serving* medeiam a relação entre as experiências adversas na infância e delinquência foi corroborada. O mesmo se verificou para o comportamento delinvente violento e não violento. O tamanho de efeito foi maior para o total de delinquência, seguido do comportamento delinvente não violento e, com o tamanho de efeito mais pequeno, o comportamento delinvente violento. Apesar da pouca literatura

existente, estes resultados estão de acordo com a tendência verificada por estudos anteriores (Cuadra et al., 2014; Dodge et al., 1990, 1995). Estas relações podem ser interpretadas com base no modelo de *coping* com o trauma (Ford et al., 2006), um modelo que postula que vitimização na infância afeta várias estruturas do funcionamento cerebral, incluindo o processamento de informação, o que propicia o desenvolvimento de distorções cognitivas. Estas distorções cognitivas, em interação com outras alterações provenientes da exposição a stress prolongado, aumentam a probabilidade de envolvimento em comportamento delinvente (Ford et al., 2006). Por isso, é expectável que se verifique um tamanho de efeito maior para o total de delinquência. Contudo, este modelo não faz previsões relativamente a comportamento delinvente especificamente violento e não violento. Helmond et al. (2014) sugeriram que as distorções cognitivas *self-serving* podem ter um menor poder explanatório sobre comportamentos violentos, o que pode explicar o menor tamanho de efeito encontrado na presença do comportamento delinvente violento. De acordo com Banse, Koppehele-gossel, Kistemaker, Werner, e Schmidt (2013), ofensores mais violentos podem não necessitar de desenvolver distorções cognitivas, uma vez que têm mais facilidade em adaptarem o seu comportamento às normas sociais da subcultura criminal em que estão inseridos. Por outro lado, aqueles que se envolvem em comportamentos menos violentos, é comum estarem inseridos simultaneamente numa subcultura criminal e na sociedade em geral. Logo, a perpetração de comportamentos criminosos pode gerar mais desconforto uma vez que as crenças que se associam à subcultura criminal são dissonantes das crenças da sociedade em geral. Por isso, é necessário o desenvolvimento de distorções cognitivas para proteger o *self* (Banse et al., 2013). Apesar desta possível explicação, futuras investigações devem considerar o estudo destas mediações com base numa metodologia longitudinal.

Os resultados obtidos neste estudo devem ser interpretados de acordo com algumas limitações. Apesar da diversidade de contextos e de níveis socio-culturais que representa, a amostra comunitária deste estudo foi obtida por conveniência o que significa que pode possuir características que limitam a sua generalização. Ainda que os dados facultados pelos participantes do estudo tenham sido mantidos no anonimato, de acordo com Pinto e Maia (2013), a natureza mais sensível dos conteúdos inseridos em algumas questões (e.g. abuso sexual) pode ter contribuído para um menor relato de experiências adversas na infância e de comportamento delinvente em relação à realidade, havendo falsos negativos (e.g. não reportar o abuso sexual experienciado). A metodologia retrospectiva pode ainda ter propiciado falsas memórias, isto é, relatar um comportamento não vivenciado ou perpetrado. Apesar dos resultados indicarem que distorções cognitivas resultantes de experiências adversas na infância aumentam a probabilidade de envolvimento em comportamento delinvente, violento e não violento, a metodologia

transversal usada neste estudo não permite inferir causalidade entre as variáveis ou a ordem temporal em que estas surgem. No instrumento usado para avaliar as experiências adversas na infância, algumas limitações também devem ser consideradas, nomeadamente o facto de considerar apenas 10 tipos de experiências adversas e de não permitir que sejam avaliadas de acordo com quantidade, severidade e duração. Por último, apesar da tradução portuguesa do instrumento usado para avaliar as distorções cognitivas *self-serving* apresentar boas propriedades psicométricas, a escala de validade do autorrelato mostrou invalidar grande percentagem dos participantes da amostra deste estudo, o que não é expectável de acordo com o que Barriga e Gibbs (2001) previram no manual do instrumento, a invalidação de uma percentagem inferior a 5% dos participantes. É possível que a tradução portuguesa dos itens desta escala não avaliem adequadamente a validade do autorrelato (e.g. “por vezes digo coisas negativas acerca de um amigo”). No sentido de manter um tamanho de amostra adequado para obter um tamanho de efeito moderado, optou-se por não se usar esta escala, prosseguindo-se as análises com todos os participantes. É importante que futuras investigações aprofundem o estudo das propriedades psicométricas deste instrumento e desenvolvam uma escala de validade de autorrelato adequada à população portuguesa.

Este estudo mostrou que as distorções cognitivas *self-serving* medeiam a relação entre experiências adversas na infância e delinquência, mesmo quando considerando o comportamento delincente violento e não violento individualmente. Estes resultados contribuem para alargar o conhecimento sobre o fenómeno de delinquência em Portugal e sobretudo a relação entre as experiências adversas na infância e delinquência. Adicionalmente, sugerem que é importante o desenvolvimento de intervenções centradas em distorções cognitivas *self-serving*, como um meio de prevenir o envolvimento em comportamento delincente de jovens vitimizados na infância. Nesse sentido, a implementação de programas que monitorizem indivíduos vítimas de experiências adversas na infância e que permitam identificar distorções cognitivas *self-serving* precocemente podem ser benéficos. Além disso, estariam a dotar os profissionais do sistema de justiça de programas de intervenção preventivos, comprovadamente mais eficazes na prevenção de comportamentos problemáticos (Nation, Keener, Wandersman, & Dubois, 2003). Para tal, é fundamental que investigações futuras sustentem as evidências encontradas neste estudo. Devem ser consideradas investigações com recurso a metodologia longitudinal. O estudo desta relação de mediação, quer em amostras comunitárias, quer em amostra de sujeitos com outras características, por exemplo, sujeitos legalmente identificados por comportamento delincente, deve ser considerado. Abordar o estudo desta relação em interação com outra variáveis (e.g. género) também é importante.

Referências

- Baglivio, M. T., Epps, N., Swartz, K., Huq, M. S., Sheer, A., & Hardt, N. S. (2014). The prevalence of adverse childhood experiences (ACE) in the lives of juvenile offenders. *Journal of Juvenile Justice*, 3(2).
- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., & Epps, N. (2015). The Relationship between Adverse Childhood Experiences (ACE) and Juvenile Offending Trajectories in a Juvenile Offender Sample. *Journal of Criminal Justice*, 43(3), 229–241. doi:10.1016/j.jcrimjus.2015.04.012
- Banase, R., Koppehele-gossel, J., Kistemaker, L. M., Werner, V. A., & Schmidt, A. F. (2013). Aggression and Violent Behavior Pro-criminal attitudes, intervention, and recidivism. *Aggression and Violent Behavior*, 18(6), 673–685. doi:10.1016/j.avb.2013.07.024
- Barriga, A. Q., & Gibbs, J. C. (1996). Measuring cognitive distortion in antisocial youth: Development and preliminary validation of the “how i think questionnaire”. *Aggressive Behavior*, 22(5), 333–343. doi:10.1002/(SICI)1098-2337(1996)22:5<333::AID-AB2>3.0.CO;2-K
- Barriga, A. Q., Gibbs, J. C., Potter, G. B., & Liau, A. (2001). *How I Think (HIT) questionnaire manual*. Champaign, Illinois: Research Press.
- Barriga, A. Q., Hawkins, M. A., & Camelia, C. R. (2008). Specificity of cognitive distortions to antisocial behaviours. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 18(2), 104-116. doi:10.1002/cbm.683
- Barriga, A. Q., Landau, J. R., Stinson, B. L., Liau, A. K., & Gibbs, J. C. (2000). Cognitive distortion and problem behaviors in adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, 27(1), 36-56. doi:10.1177/0093854800027001003
- Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, Â. (2015). The psychometric properties of a questionnaire for measuring delinquency and crime (D-CRIM). *Avances en Psicologia*, 856-867.
- Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, Â. (2016). Growing up with adversity: From juvenile justice involvement to criminal persistence and psychosocial problems in young adulthood. *Child Abuse and Neglect*, 62, 63–75. doi:10.1016/j.chiabu.2016.10.011
- Björkenstam, E., Burström, B., Hjern, A., Vinnerljung, B., Kosidou, K., & Berg, L. (2019). Cumulative childhood adversity, adolescent psychiatric disorder and violent offending in young adulthood. *European Journal of Public Health*, 29(5), 855–861. doi:10.1093/eurpub/ckz089
- Boullier, M., & Blair, M. (2018). Adverse childhood experiences. *Paediatrics and Child Health*, 28(3), 132–137. doi:10.1016/j.paed.2017.12.008
- Braga, T., Cunha, O., & Maia, Â. (2018). The enduring effect of maltreatment on antisocial behavior: A meta-analysis of longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, 40, 91–100.

doi:10.1016/j.avb.2018.04.003

- Braga, T., Gonçalves, L. C., Basto-Pereira, M., & Maia, Â. (2017). Unraveling the link between maltreatment and juvenile antisocial behavior: A meta-analysis of prospective longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior, 33*, 37–50. doi:10.1016/j.avb.2017.01.006
- Braga, T. & Gonçalves, R. A. (2013). Delinquência Juvenil: da caracterização à intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente, 4*(1), 95-116. Retrieved from http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/963/1/rpca_v4_n1_5.pdf
- Brown, S. M., & Shillington, A. M. (2017). Childhood adversity and the risk of substance use and delinquency: The role of protective adult relationships. *Child Abuse and Neglect, 63*, 211–221. doi:10.1016/j.chiabu.2016.11.006
- Cicchetti, D., & Toth, S. (2005). Child maltreatment. *Annual Reviews of Clinical Psychology, 1*(1), 409–438. doi:10.1146/annurev.clinpsy.1.102803.144029
- Craig, J. M., Piquero, A. R., Farrington, D. P., & Ttofi, M. M. (2017). A little early risk goes a long bad way: Adverse childhood experiences and life-course offending in the Cambridge study. *Journal of Criminal Justice, 53*, 34–45. doi:10.1016/j.jcrimjus.2017.09.005
- Crick, N. R., & Dodge, K. A. (1994). A Review and Reformulation of Social Information-Processing Mechanisms in Children's Social Adjustment. *Psychological Bulletin, 115*(1), 74–101. Abstract retrieved from <https://psycnet.apa.org/buy/1994-20990-001>
- Cuadra, L. E., Jaffe, A. E., Thomas, R., & DiLilloLi, D. (2014). Child maltreatment and adult criminal behavior: Does criminal thinking explain the association? *Child Abuse and Neglect, 38*(8), 1399–1408. doi:10.1016/j.chiabu.2014.02.005
- Decreto-lei n° 78/87 de 17 de fevereiro. Diário da República n° 40/1987 - Série I. Lisboa: Ministério da Justiça. Retrieved from www.dre.pt
- Decreto-lei n° 166/1999 de 14 de setembro. Diário da República n° 215/1999 - I Série A. Lisboa: Assembleia da República. Retrieved from www.dre.pt
- Dodge, K. A. (2006). Translational science in action: hostile attributional style and the development of aggressive behavior problems. *Development and Psychopathology, 18*(3), 791–814. doi:10.1017/S0954579406060391
- Dodge, K. A., Bates, J. E., & Pettit, G. S. (1990). Mechanisms in the cycle of violence. *Science, 250*(4988), 1678–1683. doi:10.1126/science.2270481
- Dodge, K. A., Pettit, G. S., Bates, J. E., & Valente, E. (1995). Social Information-Processing Patterns Partially Mediate the Effect of Early Physical Abuse on Later Conduct Problems. *Journal of*

- Abnormal Psychology*, 104(4), 632–643. doi:10.1037/0021-843X.104.4.632
- Dube, S. R., Williamson, D. F., Thompson, T., Felitti, V. J., & Anda, R. F. (2004). Assessing the reliability of retrospective reports of adverse childhood experiences among adult HMO members attending a primary care clinic. *Child Abuse & Neglect*, 28(7), 729–737. doi:10.1016/j.chiabu.2003.08.009
- Farrington, D. P. (2004). Conduct disorder, aggression, and delinquency. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Eds.), *Handbook of adolescent psychology* (pp. 627-664). Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc
- Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., & Marks, J. S. (1998). Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245-258. doi: 10.1016/S0749-3797(98)00017-8
- Field, A. P. (2013). *Discovering Statistics using IBM SPSS Statistic*. London: SAGE Publications
- Fitton, L., Yu, R., & Fazel, S. (2018). Childhood Maltreatment and Violent Outcomes: A Systematic Review and Meta-Analysis of Prospective Studies. *Trauma, Violence, and Abuse*, 1–15. doi:10.1177/1524838018795269
- Ford, J. D., Chapman, J., Mack, J. M., & Pearson, G. (2006). Pathways from traumatic child victimization to delinquency: Implications for juvenile and permanency court proceedings and decisions. *Juvenile and Family Court Journal*, 57(1), 13-26. doi:10.1111/j.1755-6988.2006.tb00111.x
- Fox, B. H., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M. T., & Epps, N. (2015). Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders. *Child Abuse and Neglect*, 46, 163–173. doi:10.1016/j.chiabu.2015.01.011
- Gersão, E. & Lisboa, M. (1994) The Self-report Delinquency study in Portugal. In J. Junger-Tas, G. J. Terlouw, & M. W. Klein (Eds.), *Delinquent behavior among young people in the western world: first results of the international self-report delinquency study* (p.p. 212-237). Amesterdão: Kugler Publications
- Helmond, P., Overbeek, G., Brugman, D., & Gibbs, J. C. (2014). A Meta-Analysis on Cognitive Distortions and Externalizing Problem Behavior: Associations, Moderators, and Treatment Effectiveness. *Criminal Justice and Behavior*, 42(3), 245–262. doi:10.1177/0093854814552842
- Lardén, M., Melin, L., Holst, U., & Långström, N. (2006). Moral judgement, cognitive distortions and empathy in incarcerated delinquent and community control adolescents. *Psychology, Crime and Law*, 12(5), 453–462. doi:10.1080/10683160500036855
- Liau, A. K., Barriga, A. Q., & Gibbs, J. C. (2002). Relations between self-serving cognitive distortions and

- overt vs. covert antisocial behavior in adolescents. *Aggressive Behavior*, 24(5), 335–346. doi:10.1002/(sici)1098-2337(1998)24:5<335::aid-ab1>3.3.co;2-w
- Loeber, R., Wung, P., Keenan, K., Giroux, B., Stouthamer-loeber, M., Van Kammen, W. B., & Maugham, B. (1993). Developmental pathways in disruptive child behavior. *Development and Psychopathology*, 5(1-2), 103–133. doi:10.1017/S0954579400004296
- Martins, P. C., Mendes, S. M., Fernández-Pacheco, G., & Tendais, I. (2019). Juvenile Victimization in Portugal through the Lens of ISRD-3: Lifetime Prevalence, Predictors, and Implications. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 25(3), 317–343. doi:10.1007/s10610-018-9401-6
- Mersky, J. P., Topitzes, J., & Reynolds, A. J. (2012). Unsafe at any age: Linking childhood and adolescent maltreatment to delinquency and crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 49(2), 295-318. doi:10.1177/0022427811415284
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: a developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674. doi:10.1037/0033-295X.100.4.674
- Nation, M., Keener, D., Wandersman, A., & Dubois, D. (2003). Applying the principles of prevention: What do prevention practitioners need to know about what works ?. *American Psychologist*, 58, 449-456.
- Pinto, R., Correia, L., & Maia, Â. (2014). Assessing the reliability of retrospective reports of adverse childhood experiences among adolescents with documented childhood maltreatment. *Journal of Family Violence*, 29(4), 431-438. doi:10.1007/s10896-014-9602-9
- Pinto, R. J., & Maia, Â. C. (2013). A comparison study between official records and self-reports of childhood adversity. *Child Abuse Review*, 22(5), 354-366. doi: 10.1002/car.2232
- Ponce, A. N., Williams, M. K., & Allen, G. J. (2005). Experience of maltreatment as a child and acceptance of violence in adult intimate relationships: Mediating effects of distortions in cognitive schemas. *Violence and Victims*, 19(1), 97–108. doi:10.1891/vivi.19.1.97.33235
- RASI. (2018). Relatório Anual de Segurança Interna. Relatório Anual de Segurança Interna – Ano, 254. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>
- Silva, S., & Maia, Â. (2008). Versão Portuguesa do Family ACE Questionnaire (Questionário da História de Adversidade na Infância). In *Actas da XIII Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*. Braga: Psiquilibrios Edições. Retrieved from [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao Portuguesa do Family Ace Questionnaire %28Susana Silva %26 Angela Maia%29.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11323/1/Versao%20Portuguesa%20do%20Family%20Ace%20Questionnaire%20Susana%20Silva%20Angela%20Maia.pdf)
- Smith, C., & Thornberry, T. P. (1995). The relationship between childhood maltreatment and adolescent

- involvement in delinquency. *Criminology*, 33(4), 451-481. doi:10.1111/j.1745-9125.1995.tb01186.x
- Toth, S. L., Stronach, E., Rogosch, F. A., Caplan, R., & Cicchetti, D. (2011). Illogical thinking and thought disorder in maltreated children. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 50(7), 659–668. doi:10.1016/j.jaac.2011.03.002
- Veloso, A. C. C. (2013). *Validação do How I Think: Questionnaire para a população adulta portuguesa* (Doctoral dissertation, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz).
- Wallinius, M., Johansson, P., Lardén, M., & Dernevik, M. (2011). Self-serving cognitive distortions and antisocial behavior among adults and adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, 38(3), 286–301. doi:10.1177/0093854810396139
- Widom, C. S. (1989a). Child abuse, neglect, and adult behavior: Research design and findings on criminality, violence, and child abuse. *American journal of Orthopsychiatry*, 59(3), 355-367. doi:10.1111/j.1939-0025.1989.tb01671.x
- Widom, C. S. (1989b). The cycle of violence. *Science*, 244(4901), 160-166. doi:10.1126/science.2704995
- Widom, C. S., & Maxfield, M. (2001). *An update on the "Cycle of Violence"*. National Institute of Justice Research in Brief. Washington, DC: National Institute of Justice.
- Wright, K. A., Turanovic, J. J., O'Neal, E. N., Morse, S. J., & Booth, E. T. (2019). The cycle of violence revisited: Childhood victimization, resilience, and future violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(6), 1261-1286. doi: 10.1177/0886260516651090

Anexo

Parecer do Conselho de Ética da Universidade do Minho



Universidade do Minho

SECSH

Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: SECSH 007/2015

Título do projeto: *Estudo de fatores preditores de comportamentos delinquentes em jovens na comunidade*

Investigador(a) responsável: Doutora Ângela Rosa Pinho da Costa Maia, Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi), Escola de Psicologia, Universidade do Minho

Outros Investigadores: Ana Raquel Pereira Miranda, Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi), Escola de Psicologia, Universidade do Minho

Subunidade orgânica: Escola de Psicologia, Universidade do Minho

PARECER

A Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) analisou o processo relativo ao projeto intitulado "*Estudo de fatores preditores de comportamentos delinquentes em jovens na comunidade*".

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a SECSH nada tem a opor à realização do projeto.

Braga, 05 de fevereiro de 2015.

O Presidente


Assinado de forma digital por PAULO MANUEL PINTO PEREIRA ALMEIDA MACHADO
DN: cn=PT, o=Centro de Cidadão, ou=Cidadão Português, ou=Autenticação do Cidadão, ou=PAULO PEREIRA ALMEIDA MACHADO, givenName=PAULO MANUEL, serialNumber=000105039, cn=PAULO MANUEL PINTO PEREIRA ALMEIDA MACHADO
Codigo: 2015.02.11 09:05:07 Z

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado